



DOSSIÊ IPHAN

MODOS DE FAZER CUIAS NO BAIXO AMAZONAS

EM BASTANTE



SUMÁRIO

- 1. Apresentação**
 - 2. As Cuias**
 - 3. O inventário**
 - 4. Sítio e localidades Inventariadas**
 - 4.1 Santarém**
 - 4.2 Monte Alegre**
 - 5. Ofício tradicional feminino**
 - 6. As etapas de trabalho**
 - 6.1 Extração**
 - 6.2 Corte e alisamento**
 - 6.3 Tingimento**
 - 6.4 Fixação da cor**
 - 6.5 Ornamentação**
 - 7. Os padrões iconográficos**
 - 7.1 Padrões florais**
 - 7.2. Grafismos tapajônicos**
 - 7.3. Paisagens**
 - 7.4. Representações da fauna**
 - 8. Mudança e permanência: importância do registro**
 - 9. Recomendações para salvaguarda**
 - 10. O proponente do registro**
 - 11. Referências bibliográficas**
- Anexos**

1. Apresentação

Este dossiê compõe-se de textos, imagens e documentos produzidos, reunidos e sistematizados pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan/Minc no âmbito do projeto *Cuias de Santarém* (2002-2003), de apoio a esse artesanato, e do projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular* (2001-2006), que teve por objetivo testar os então recém criados instrumentos de salvaguarda para o patrimônio imaterial: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro.

O inventário que subsidia este documento procura mostrar que o artesanato de cuias na Região do Baixo Amazonas tem, no panorama brasileiro, uma importância peculiar em vários aspectos: histórico, econômico, social, doméstico e cultural. Trata-se de um ofício tradicional, documentado desde pelos os anos 1700, e que implica complexos saberes e modos de fazer relacionados ao aproveitamento de recursos naturais disponíveis na região, cujos produtos são tão bons para usar quanto para pensar, como diria Lévi-Strauss (2005), ou, parafraseando Octavio Paz (1991), feitos para ver e usar, arte e artesanato.

Artesãs ribeirinhas são, por excelência, as detentoras dos saberes envolvidos na produção das cuias e têm na comercialização desses objetos um importante recurso econômico, que, se não lhes garante todo o sustento da casa, compõe parcela significativa da renda familiar. Moradoras de comunidades interioranas em áreas de várzea ou migrantes em pequenos bairros em vias de urbanização, procuram manter a atividade artesanal frente aos processos de modernização das cidades e dos mercados na Amazônia, que vêm se expandindo mais ou menos aceleradamente segundo os ciclos econômicos na região, sobretudo desde a primeira metade do século 20. Para elas, o registro da atividade artesanal em questão constitui efetiva possibilidade de obter reconhecimento público e valorização cultural e econômica da prática que mantêm preservada.

Nesse sentido, encaminham, pelo presente, o pedido de registro desse bem como patrimônio cultural brasileiro, com sua inscrição no Livro dos Saberes, fornecendo este dossiê e o Inventário dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, que lhe serviu de base, bem como o CD Rom e o documentário audiovisual *Cuias do Baixo Amazonas*, como elementos para apreciação e subsídio analítico de um parecer.

2. As cuias

Simple, tingidas, lisas ou ricamente ornamentadas, as cuias fazem parte de uma das classes de utensílios mais importantes na vida amazônica. São usadas nas casas da população ribeirinha em atividades variadas e rotineiras: para pegar e armazenar água do rio; beber água; servir e consumir alimentos sólidos e líquidos como mingaus, chás, papas, tacacá; tirar água da canoa, quando navegando; tomar banho. São também objetos decorativos, nas paredes e prateleiras das residências, assim como acessórios de moda feminina, em forma de bolsas, brincos, pingentes, braceletes. Constituem, por assim dizer, um dos principais signos da identidade e cultura do estado do Pará, sendo especialmente conhecidas e valorizadas aquelas provenientes de Santarém e Monte Alegre, na região do Baixo Amazonas.

Feitas a partir dos frutos das cuieiras (*Crescentia cujete*), passam por um longo processo artesanal de produção, dominado quase exclusivamente por mulheres ribeirinhas de áreas de várzea, até chegarem ao consumidor: retirada dos frutos (arredondados, ovalados, compridos, grandes, pequenos, de vários formatos), corte em duas metades, limpeza e polimento de cada parte, tingimento com pigmentos naturais (opcional, dependendo do uso de destino), lavagem e ornamentação (opcional) com incisões ou pinturas de elementos da fauna, flora, grafismos e paisagens amazônicas.

Desde pelo menos o século 18, as cuias aparecem em registros escritos. Sem dúvida, chamaram a atenção de viajantes e missionários como o Bispo Frei João de São José, que, em 1763, assim as descreveu: “elas são cobertas de tinta preta com um verniz tão forte e tão fino, que não perdem facilmente o lustre, nem as diversas cores com que em linhas diferentes se pintam e embrecham” (Hartmann, 1988:292). Sua importância no uso doméstico foi enfatizada por Alexandre Rodrigues Ferreira em suas *Memórias sobre as cuias*, de 1789: “As cuias são os pratos, os copos e todas as baixelas dos índios. Cada um tem em sua casa uma delas reservada para dar a beber, ou a água ou os seus vinhos, ao Principal, quando o visita, ou casualmente ou em algum dia de convite”. Igualmente sua importância comercial foi destacada pelo naturalista, que afirmou: “do fabrico das cuias e das redes é que se veste a maior parte das índias de Monte Alegre. Far-se-ão na vila por todo o ano de 5.000 a 6.000 cuias...Vende-se cada uma na vila a 100 e 200 reis, conforme o tamanho, a pintura, a qualidade, se é lisa ou de gomos”. Encantado pelos objetos, Ferreira levou para Portugal inúmeros exemplares de cuias, atualmente guardados em coleções museológicas pouco conhecidas pelos brasileiros (Hartmann, 1982).

No século 19, marcaram presença entre os produtos de exportação da Amazônia. Além de serem enviadas regularmente para Portugal, onde senhoras utilizavam-nas para guardar materiais de costura (Ferreira, 1789), elas eram comercializadas também dentro do Brasil. Segundo Artur

Ferreira Reis, em 1822 foi registrada a venda de 212 dúzias de cuias de Belém para São Luís do Maranhão (Porro, 1995).

Pelo seu aspecto estético e prático, num novo tempo de incursões de reconhecimento e colecionamento pelo Norte do Brasil, as cuias mereceram um texto à guisa de homenagem, assinado por Mário de Andrade em 1939, no qual o autor declara:

Nas vitrinas dos museus o lugar melhor será para a cuia mais linda. Mais linda porque mais perfeita... A beleza das criações humanas (e até das naturais...) deriva da sua perfeição. Até da perfeição prática, pela qual o objeto serve. E toda a população do Rio ou de Boston deixará de ver as cuias mal enfeitadas, para só contemplar a cuia linda e lhe sentir a influência. Os colecionadores se disputarão a cuia linda. As civilizações e nacionalidades só se orgulharão da cuia linda. Só esta será bem cuidada, bem guardada, bem defendida do tempo e viverá eternamente. É que só ela, na verdade, é representativa do Homem. Porque não representa o Homem, nem a curvatura decadente da velhice, nem a puerilidade primária da infância. Mas a ereção do corpo viril.

Não. A minha cuia de Santarém servirá pra muitas coisas. Até pra abano ruim. Mas eu não a trocaria pelo melhor dos abanos, mesmo nesta hora indecisa em que o ar me falta. Hei de guardar contra tudo e todos a minha linda cuia de Santarém.

Atualmente integrando o patrimônio de vários museus no Brasil e no exterior, as cuias continuam sendo produzidas em grandes quantidades na região do Baixo Amazonas e são facilmente encontradas nas lojas de artesanato e produtos regionais. Também são presença obrigatória nas barracas das tacacazeiras, sendo o único recipiente adotado em toda a Amazônia para servir e consumir o tacacá – prato típico feito da goma extraída da mandioca e servido com tucupi (líquido também extraído da mandioca), camarão e folhas de jambu¹. Nas casas urbanas, porém, perderam espaço para utensílios de plástico, vidro e alumínio, embora, em alguns casos, tenham passado a ocupar paredes, estantes e prateleiras como objetos decorativos.

¹ O ofício de tacacazeira no Norte do Brasil foi objeto de inventário realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que, com apoio das Superintendências do Iphan na região Norte, encaminhou pedido de registro do bem como patrimônio cultural brasileiro.



3.O inventário

O Inventário dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas foi concebido como um desdobramento do Projeto Cuias de Santarém, desenvolvido a partir de 2002 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP no âmbito de seu Programa de Apoio a Comunidades Artesanais – PACA, com o objetivo de apoiar a produção e comercialização de cuias a partir da melhoria das condições objetivas e subjetivas do trabalho artesanal. As comunidades integrantes do projeto, escolhidas a partir de pesquisa de campo e diálogo com instituições locais em Santarém, foram: Enseada do Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Cabeça d’Onça e Surubim-Açu, todas situadas na região de várzea do Rio Amazonas.

Nas cinco comunidades, muitas mulheres faziam e fazem artesanato em cuias, mas foi um grupo de cerca de 50 que se integrou ao projeto, movidas por desejos de mudanças. Em linhas gerais, a proposta era criar, com as artesãs e os recursos humanos e financeiros do projeto, mais os recursos naturais disponíveis na região, condições materiais mais propícias à produção e à venda das cuias (melhores instalações, acesso facilitado a matérias-primas, espaços próprios para exposição e comercialização), além de valorizar social e economicamente o trabalho das mulheres. Entendia-se por valorização a busca de preços justos e mercados qualificados, e, ao mesmo tempo, de reconhecimento público do valor cultural do artesanato e da importância do papel da mulher como ente produtivo e de direitos na vida doméstica.

Uma iniciativa que se destacou no projeto, e que está diretamente ligada à presente proposta de patrimonialização, foi a produção de uma espécie de apostila de desenhos para difusão nas cinco comunidades, entre 2002 e 2003. Como a prática de ornamentação com incisões nas cuias havia sido abandonada por muitas mulheres, já que o mercado local preferia cuias pretas lisas para criação de trabalhos de pintura a óleo feitos por artesãos urbanos, as artesãs ribeirinhas haviam passado a fornecedoras de uma matéria-prima beneficiada, por preços muito baixos (três reais pela dúzia de cuias), para artesãos da cidade que as decoravam e vendiam por preço mais altos (cada unidade por pelo menos três reais). Era notório que a ornamentação agregava valor às cuias e constituía uma das condições para melhor inserção do artesanato ribeirinho no mercado. Mas poucas artesãs ainda dominavam os repertórios ornamentais nas comunidades, e, quando estimuladas a decorar as cuias, várias no grupo se viram desprovidas de uma memória mais densa do artesanato que faziam. Foi nesse momento que se deu início à produção da tal “apostila” (assim logo nomeada por elas, em função do formato encadernado), a qual, por sua vez, originou o Inventário de Referências Culturais do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas.

A “apostila”, na verdade, pressupôs o levantamento de padrões iconográficos inscritos em

cuias provenientes do Baixo Amazonas, realizado a partir do acervo de diferentes instituições museológicas no Brasil: Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu de Folclore Edison Carneiro, Museu Nacional, Museu do Índio e Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Além da antropóloga responsável pelo inventário, esse levantamento envolveu o trabalho de uma arquiteta especialista em patrimônio, que, com autorização das referidas instituições, copiou e reproduziu digitalmente os desenhos encontrados. O conjunto de reproduções, então, foi impresso e encadernado, e assim distribuído para as artesãs, com o objetivo de subsidiar ações de recuperação e repasse de saberes associados à prática de ornamentação desses objetos junto às comunidades artesanais então apoiadas. A “apostila” logo passou a compor a pequeníssima biblioteca doméstica de cada artesã, e as artesãs mais velhas e experientes se tornaram suas principais difusoras, na medida em que ali reconheciam os “desenhos” ou “rascunhos” que viram quando eram meninas e assumiam a tarefa de ensiná-los às demais.

Nesse contexto, a memória mais íntegra e densa do fazer artesanal, em processo de reconstrução nas comunidades, destacou-se como um valor central e potencialmente agregador do grupo. Fez também ressaltar o valor patrimonial do artesanato em cuias, enfatizando sua ligação com um ofício e um modo de fazer dominado tradicionalmente pelas mulheres da várzea, num quadro de desvalorização e esquecimento no bojo de relações de mercado desfavoráveis.

Em 2003, o conjunto de dados pesquisados nas comunidades e os conhecimentos até então produzidos e sistematizados no âmbito do projeto Cuias de Santarém começaram a ser adaptados à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Depois, foram acrescidas ao material outras informações produzidas por meio de pesquisa histórica, bibliográfica, documental e etnográfica, e de atividades de documentação sonora e visual. Desde então, o CNFCP, no escopo do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, estendeu as ações de inventário dos padrões ornamentais para o conjunto de saberes e técnicas envolvido nos modos de fazer cuias em Santarém e Monte Alegre, os dois municípios mais fortemente associados a essa produção artesanal no Baixo Amazonas, área delimitada para aplicação do INRC.

Comunidades artesanais desses dois municípios preservam memórias e modos de fazer específicos que o artesanato de cuias – registrado em toda a calha do rio Amazonas em diferentes formas e contextos – engendrou e assumiu ao longo de séculos no Baixo Amazonas. Se, por um lado, as várzeas de Santarém são atualmente o maior centro produtor de cuias da região, Monte Alegre, por sua vez, é considerado o berço desse artesanato, de tal modo que os montalegrenses são chamados até hoje de “pintacuias”, embora a produção artesanal mais significativa no município seja a de miniaturas em balata (espécie de látex extraído da árvore *Manilkara bidentata*, vulga balateira).

Focado, portanto, nessa área geográfica e cultural específica, o Inventário dos Modos de

Fazer Cuias do Baixo Amazonas procurou reunir informações que se encontravam dispersas, devido tanto à escassez de estudos sobre o tema quanto ao fato de que os saberes e fazeres em questão são transmitidos quase que exclusivamente na tradição oral das comunidades artesanais. Assim, o trabalho buscou sistematizar dados, documentos, memórias, imagens e narrativas que viessem a esclarecer sobre diversos aspectos dos processos de mudança ocorridos nos modos tradicionais de fazer cuias no Baixo Amazonas.

O inventário compõe-se de:

- Ficha de Identificação de Sítio (Pará, Baixo Amazonas);
- Ficha de Identificação de Localidade (Santarém e Monte Alegre);
- Ficha de Identificação de Ofícios e Modos de Fazer;
- Anexo 1. Bibliografia (com 74 referências inscritas);
- Anexo 2. Registros Audiovisuais (com 28 registros inscritos);
- Anexo 3. Bens Culturais Inventariados (com 14 registros em Santarém e 17 em Monte Alegre);
- Anexo 4. Contatos (das principais artesãs, lideranças comunitárias e associação de artesãs);

São produtos e documentos complementares ao inventário, que com ele integram este dossiê:

- Catálogo da exposição Cuias de Santarém, realizada na Sala do Artista Popular do Museu de Folclore Edison Carneiro;
- CD Rom Cuias do Baixo Amazonas;
- Documentário audiovisual Cuias do Baixo Amazonas.

Por fim, cabe assinalar que uma das características marcantes do inventário ora abordado é o fato de que ele se construiu, desde o princípio, como mais um instrumento entre outros passíveis de serem acionados pelos grupos pesquisados na busca de visibilidade, reconhecimento e apoio para suas demandas de caráter social e cultural, bem como para a própria atividade produtiva inventariada. Logo, as ações de investigação científica – mais lentas e reflexivas por natureza – dialogaram, interagiram e conflitaram permanentemente com outras ações voltadas prioritariamente para a salvaguarda do ofício em foco, as quais sempre impuseram, ao longo do percurso, atitudes mais imediatas e comprometidas com processos de intervenção social. Toda a pesquisa, por exemplo, foi feita em meio e paralelamente a oficinas, feiras, exposições, reuniões e assembleias de artesãs e comunitárias. Nesse contexto, vale ressaltar a mobilização dos grupos envolvidos no inventário no sentido do encaminhamento do pedido do registro dos modos de fazer cuias como patrimônio imaterial do Brasil.

Para as artesãs de Santarém, o registro representa um passo importante para sua inclusão social e consolidação de seus produtos num circuito de mercado mais qualificado e justo. Para aquelas de Monte Alegre, ele traz sobretudo a perspectiva de atrair olhares e iniciativas de proteção e apoio a seus saberes e fazeres, até então pouco conhecidos, divulgados e valorizados. Para os pesquisadores e colaboradores que vêm trabalhando com tais grupos, trata-se de um desafio a ser encarado a partir dos conhecimentos gerados e acumulados nos projetos de inventário e/ou de intervenção nas referidas localidades.

4. Sítio e localidades inventariadas

O Estado do Pará, juntamente com Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, integra a Região Norte do Brasil, em cujo centro está localizado. Seu território de 1.253.164 km² de extensão faz dele o segundo maior estado da região amazônica e também o segundo maior do país. Além da capital, Belém, o estado é constituído por mais 142 municípios, que se distribuem em seis mesorregiões – Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana, Nordeste, Sudoeste e Sudeste –, as quais se subdividem, por sua vez, em 22 microrregiões.

É na Microrregião de Santarém – que, ao lado das microrregiões de Almeirim e Óbidos, compõe a Mesorregião Baixo Amazonas – que se situam as localidades pesquisadas neste inventário, Santarém e Monte Alegre².

² Também integram a microrregião de Santarém os municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Placas e Prainha. Neles, porém, o artesanato de cuias aparece de forma mais eventual e não tem o caráter de referência cultural que guarda em Santarém e Monte Alegre.

4.1. Santarém

O Município de Santarém situa-se na Região Oeste do Pará, à margem direita do rio Tapajós, na confluência deste com o rio Amazonas. Ocupa uma área de 22.887 km², fazendo fronteira ao norte com Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, ao sul com Aveiro, Rurópolis e Placas, a leste com Prainha e Uruará, e a oeste com Juruti.³

Seus rios são o principal caminho de integração com o restante do Pará, do qual Santarém é a segunda maior cidade. São eles que ajudam a romper a situação de relativo isolamento em que se encontra a conhecida “Pérola do Tapajós”. A capital, Belém, por exemplo, fica a cerca de 710km de distância, em linha reta. De barco, são dois dias e meio para ir, mais três para voltar, pois que então é necessário navegar contra o poderoso Amazonas. As estradas ruins ou inacabadas, como a BR 163 (Santarém – Cuiabá), que cruzam o município, constituem um motivo a mais para se preferir o deslocamento fluvial na região. Barcos de todos os tamanhos, a remo ou motor, canoas e rabetas são o principal meio de transporte da população local que, atualmente, conta quase 280 mil habitantes,⁴ vivendo entre a sede municipal e inúmeras comunidades organizadas sempre à beira dos rios.

Não podia deixar de ser, Santarém é uma cidade das águas, com todas as suas histórias de botos, cobras grandes, iaras e outros encantados do fundo. Seu calendário é regido pelo vai e vem das chuvas de inverno (de janeiro a junho), que promovem os espetáculos das grandes cheias que encobrem árvores e diversos povoados, os quais só voltam a emergir na época das secas de verão (de julho a dezembro), revelando extensas praias e campos.

Constituem marcas do modo de vida nativo as tradições culinárias das populações indígenas e caboclas, principalmente aquelas baseadas na mandioca.⁵ Esse tubérculo, elemento fundamental na alimentação dos santarenos, é consumido em larga escala na forma de variados produtos – farinhas seca ou d’água, goma, tapioca, tucupi –, oriundos principalmente das comunidades interioranas. Maniçoba, tacacá, chibé, beiju e mingau são alguns dos pratos mais comuns nas mesas santarenas, no interior e na cidade. Bebidas como caxiri e tarubá, de origem indígena, estão presentes em inúmeras celebrações, especialmente nas comunidades ao longo do rio Tapajós. O piracuí – uma farinha preparada à base do peixe acari, que é seco e triturado – também é bastante consumido, em tortas, bolinhos e farofas. Os inúmeros peixes encontrados nos rios e lagos da região se comem assados, moqueados, fritos, cozidos, ensopados, no caldo do tucupi, em caldeiradas, caldos e peixadas, sempre acompanhados de farinha ou farofa.

São muitas as celebrações populares de natureza religiosa e profana, ocorrendo tanto na

³ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁴ População estimada em 2009. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

⁵ Ver Inventário dos Modos de Fazer Farinhas de Mandioca, produzido pelo CNFCP/Iphan, no âmbito do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular.

cidade quanto no interior. A mais conhecida fora da região é provavelmente a festa do Saíre, atualmente comemorada nas mesmas datas que o festival dos botos Cor-de-Rosa e Tucuxi, no mês de setembro, na vila turística de Alter-do-Chão, onde também acontece o festival Borari, remetendo ao povo nativo borari. Na cidade, festeja-se o carnaval, o período junino e o Círio de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira. Já no interior, cada comunidade tem seu calendário festivo, que permite aprofundar a ampla rede de sociabilidade e relações mantida pelas populações ribeirinhas. Registram-se aí encontros comunitários, festivais de pesca regulares e muitas festas devotadas a santos padroeiros e/ou celebradas em função das colheitas, as quais, em regra, se fazem acompanhar de procissões terrestres ou fluviais, comidas e bebidas típicas, além de noitadas de seresta e brega – um ritmo bastante popular em todo o Pará, executado por bandas que vêm da cidade.

No que tange à chamada cultura material, a maior referência de Santarém é a cerâmica arqueológica produzida por grupos indígenas que habitaram a região, particularmente a extinta civilização tapajônica. O legado desse povo, hoje depositado em instituições museológicas do Brasil – como o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Goeldi – e do exterior, inclui extenso repertório de vasilhames (tigelas, vasos, urnas, etc.) decorados com rica iconografia, em que se destacam representações zoomorfas e antropomorfas executadas com incisões e pigmentos policrômicos. Réplicas desse repertório arqueológico são produzidas por artesãos contemporâneos tanto em Santarém quanto em outras localidades do Pará, destacando-se a cerâmica do distrito de Icoaraci, em Belém.

O artesanato santareno abrange ainda outras expressões de considerável importância, encontradas principalmente nas comunidades ribeirinhas no interior do município: os trançados de palhas e fibras naturais do Arapiuns e do Lago Grande, o mobiliário esculpido em madeiras mortas no rio Tapajós, a modelagem de miniaturas de animais em balata, e as próprias cuias, evidentemente.

Na produção das cuias destacam-se comunidades das várzeas (terras que alagam durante as cheias de inverno) do rio Amazonas, mais especificamente a região do Aritapera, que inclui, entre outras, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Enseada do Aritapera, Surubim-Açu e Cabeça d'Onça, onde foi aplicada a metodologia do inventário. Estudada por Santos cerca de 30 anos atrás, a região foi caracterizada como “uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica”, tendo chamado atenção do autor a participação feminina na produção de cuias (1982).

Distantes da sede municipal de três a seis horas de viagem de barco e distantes entre si até mais de duas horas (o tempo de deslocamento aumenta no período da seca, quando a navegação é impedida em alguns pontos), essas comunidades atualmente somam em torno de 1.800 habitantes, que estão distribuídos em cerca de 350 famílias dedicadas a atividades como a pesca, a lavoura, a criação de gado e pequenos animais, o extrativismo e o artesanato de cuias – que, em certas épocas

do ano pode chegar a ter participação de até 50% na composição da renda familiar.

De modo geral, elas são desprovidas ou insuficientemente providas de serviços básicos em diversas áreas. Para atendimento médico, contam apenas com a atenção de agentes comunitários de saúde e dispõem de um único posto de saúde. A rede escolar é composta de uma escola-pólo de níveis fundamental e médio, situada no Centro do Aritapera, e de quatro escolas anexas multisseriadas, de nível fundamental, distribuídas nas demais comunidades. Não há encanamento de água nem tratamento sanitário, e só o Centro conta com serviço de energia de forma regular – gerada por motor movido a óleo diesel, todas as noites da semana. As demais também possuem motores, mas eles só são acionados de forma irregular e descontínua, de acordo com a disponibilidade financeira dos moradores para aquisição do combustível. Para comunicação, contam com aparelhos celulares dos moradores – em número crescente, graças à expansão das redes de telefonia celular na região, nos últimos anos. No campo da cultura, com exceção das iniciativas populares de preservação de suas tradições em festas religiosas e profanas e por meio de fazeres artesanais, não existem iniciativas nem equipamentos públicos voltados para a produção ou difusão cultural.

4.2. Monte Alegre

O Município de Monte Alegre está localizado na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Santarém, fazendo limites com Almeirim, ao norte; Almeirim e Prainha, a leste; Prainha e Santarém, ao sul e Alenquer, a oeste. Sua área total é de 21.703km². Em sua paisagem natural destacam-se: os rios Amazonas, em cuja margem esquerda se situa, e o Maicuru; a ilha Grande de Gurupatuba; a cachoeira Pancada Grande; o salto do Castanhal; as serras Eréré, Paituna, Mutuaca, Itauajuri, Azul, Taboca, Oriental e Ocidental; o Campo do Desterro; as fontes de águas hipotérmicas e sulfurosas; por fim, o Lago Grande. A população montalegrense atualmente contabiliza 63.941 pessoas, a maior parte delas residente na zona rural.

Assim como em Santarém, ocorrem aí muitas festas religiosas, dentre elas a de São Francisco de Assis, padroeiro da cidade, e de Santo Antônio do Eréré. São comuns as brincadeiras de carnaval e os cordões de bichos, mas uma das principais referências culturais da localidade é o artesanato em balata, uma espécie de látex extraído da balateira (*Manilkara bidentata*), que é uma árvore da família das sapotáceas encontrada em abundância ao longo dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas. Embora tenha perdido importância econômica ao longo do século 20, o artesanato de cuias também marca a identidade e a cultura local, respondendo, inclusive, pela alcunha de “pinta-cuia” que ainda hoje se dá aos montalegrenses.

Segundo uma lenda contada na localidade, a tradição das cuias pintadas teve origem na antiga aldeia de Gurupatuba. Lá foi ensinada pelos índios a uma família negra, em agradecimento



ao auxílio prestado a um dos membros da aldeia, que fora vítima de um acidente. A partir daí, o segredo do tingimento das cuias foi revelado a outras pessoas e transformou-se rapidamente em importante produção artesanal da localidade. Esse artesanato teria sido levado posteriormente para Santarém, onde se aperfeiçoou e adquiriu projeção ainda maior do que em Monte Alegre.

Atualmente, é na Vila do Pariçó, distante da sede municipal 6 km por via terrestre e 4 km por via fluvial, que se concentra a maior parte das artesãs que produzem cuias pretas ornamentadas. Essa vila, banhada pelo rio Gurupatuba e pelos lagos Paxinga, Branco e Ligeiro, tem 866 habitantes, distribuídos em 140 famílias e 122 casas. Aí o artesanato de cuias ainda é uma fonte de renda importante para algumas moradoras, mas, devido à sua decadência no mercado local e regional, os ganhos têm que ser complementados em outras atividades, como a pesca, a pequena agricultura, a revenda de industrializados e trabalhos manuais diversificados. Observa-se, nesse sentido, que boa parte das artesãs de cuias passaram também a produzir costura, crochê e outros arranjos manuais.

EM BRANCO

5. Ofício tradicional feminino

Não é de hoje que Santarém e Monte Alegre se destacam, em todo o Estado do Pará, pela produção de cuias tingidas e ornamentadas. Desde pelo menos finais do século 17 seu artesanato de cuias é conhecido dentro e fora do Brasil, segundo registros de missionários e viajantes que percorreram o Baixo Amazonas coletando informações e objetos da região.

Em 1763, o bispo frei João de São José escreveu, sobre a antiga aldeia de Gurupatuba, atual cidade de Monte Alegre, que lá “se fazem as cuias mais galantes de beber”, muito estimadas em Portugal, segundo ele, “principalmente em conventos onde há senhoras do Brasil” e também pelas “fidalgas que ocupam o tempo em fazer meia” e “costumam trazer nas cuias o fio, servindo de fundo a sacos pequenos de seda” (Porro, 1995: 148).

Impressionado com a arte das índias que produziam de cinco a seis mil cuias por ano, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira descreveu atentamente a técnica empregada na fabricação das cuias e registrou os tipos de ferramentas utilizadas, em especial os pincéis:

“eles são de várias qualidades, um, de pluma de Siracura, outras da de Jacamy – e outras da do Acará branco –, além dos pinceis, usam de uns estiletos pontiagudos, para pontear o ornato de renda que fingem, e para isso servem os espinhos do Jaramacarú (Cactus) e outras que fazem da palmeira Patahua”.

Quanto à comercialização dos objetos, escreveu:

“Fora da Vila duas cuias são reputadas a um paneiro de farinha, e uma cuia uma galinha. Aqui no Rio Negro, uma cuia é um paneiro de farinha. No Mato Grosso, uma boa cuia vale uma oitava de ouro. Os brancos, que sabem disso, as compram às índias para negociarem com elas. As índias, que sabem que os brancos as compram, tratam de as trabalhar e aperfeiçoar”.

No mesmo texto, Ferreira explica que, além das índias, trabalhavam nas cuias algumas “mazombas”: “Trabalham já ensinadas pelos europeus no tocante às cores, ao gosto e à riqueza da pintura, ora dourada, ora prateada” (Ferreira, op. cit.).

Embora os primeiros registros escritos refiram-se a Monte Alegre como o polo produtor de cuias no século 18, foi à “Cuia de Santarém” que, já no século 20, Mário de Andrade fez homenagem em forma de texto assim intitulado, em 1939. Na seqüência, em 1958, o *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Câmara Cascudo trouxe, em dois verbetes, referências às “tradicionais cuias de Santarém”. Consta no dicionário que cuia “é a vasilha feita com o fruto da *Crescentia cujete*, partido ao meio. Cada banda tem o nome de cuia. É usado como prato e copo no sertão velho. São famosas as cuias negras, ornamentadas artisticamente, vendidas em Santarém, no Pará”.

Como reação à associação do artesanato de cuias com a cidade de Santarém, verificada ao longo do século 20, Cícero Nobre de Almeida, intelectual montalegrense, reivindica para sua terra

natal o pioneirismo na tradição de confecção das cuias pintadas. Segundo ele, o esquecimento de Monte Alegre nas referências ao artesanato deveu-se à difusão do segredo originalmente guardado pelos índios da antiga Gurupatuba pela região: “as cuias pintadas, tal como as conhecemos, eram feitas e usadas, apenas, pelos índios que habitavam primitivamente a nossa terra, que eram chamados de Aparáís ou Urucuiunas, pertencente à nação Caraíba” (1979: 135). Com a ampla divulgação do segredo de fabricação das cuias,

a manufatura se transferiu para Santarém e se ampliou na progressista cidade do Tapajós. Lá floresceu e se aperfeiçoou mais e mais, tanto que, agora, é famosa a indústria das cuias pintadas de Santarém, enquanto nós em Monte Alegre continuamos como antigamente.

Em Santarém ganha-se bastante dinheiro com esse tipo de trabalho e nós, monte-alegrenses, que não soubemos nos aproveitar da atividade na qual fomos os pioneiros, ficamos apenas com o apelido de pinta-cuias. Na terra de cego quem tem um olho é rei (Almeida, 1979: 137).

Tendo ou não se difundido a partir de Monte Alegre, verifica-se que, de fato, no último século, em Santarém a produção de cuias alcançou patamares mais altos que em Monte Alegre, no que se refere à qualidade e à quantidade do produto. Em Santarém, a prática artesanal foi apropriada por extensos grupos de mulheres ribeirinhas, descendentes de indígenas e de outros povos que ocuparam as várzeas do baixo curso do rio Amazonas. Através de gerações, então, essas mulheres têm sido responsáveis pelo desenvolvimento e pela preservação dos modos tradicionais de fazer cuias no Baixo Amazonas.

E até hoje, a herança cultural indígena se transmite exclusivamente entre mulheres, que aprendem e repassam o ofício no seio da família ou na comunidade. As artesãs trabalham geralmente no próprio espaço da casa, e as etapas de produção podem ser executadas individual ou coletivamente. Nesse último caso dividem-se as tarefas conforme as habilidades manuais e as aptidões físicas de cada integrante do grupo – algumas atividades requerem esforços que algumas das mais velhas já não podem suportar.

Um fato preocupante, nesse sentido, é o crescente êxodo de jovens das comunidades rumo às cidades, movido pela busca de ensino de nível médio e superior, de emprego e renda, de oportunidades de conhecimento e contato com o mundo exterior. Como é cada vez menor o número de moças a partir de 16 anos que permanecem nas comunidades ribeirinhas, o artesanato de cuias vem se caracterizando como uma atividade de mulheres de meia idade e senhoras mais idosas. Essas mulheres, com raras exceções entre os grupos pesquisados, dividem-se entre o artesanato, o cuidado de casa, dos filhos e dos maridos, além de contribuírem em outras atividades de subsistência como a pesca e a lavoura.

Os ganhos que o artesanato de cuias lhes confere, embora importantes na composição da renda familiar, não chegam a permitir mudanças significativas nos hábitos de consumo, que, em

regra, seguem os padrões das comunidades a que pertencem as artesãs. Com renda familiar mensal de um a três salários mínimos, a maioria das mulheres artesãs vive como o conjunto de donas de casa e lavradoras do interior de Santarém e Monte Alegre. Frequentam a cidade eventualmente, para receber proventos, fazer compras de mês nos mercados (já que nas comunidades só existem pequenas vendas e armazéns), pagar crediários de lojas, comprar créditos para os telefones celulares. Muitas, porém, deixam aos encargos dos filhos e maridos essas funções, e evitam as viagens à cidade, concentrando-se mais na vida doméstica e no fazer artesanal.⁶

No artesanato, trabalham juntas ou em separado, dependendo da comunidade e do grupo, mas quase sempre tendo como referência o núcleo doméstico ou a vizinhança. As formas de organização da produção podem variar conforme o ritmo exigido pelo trabalho: se há grandes encomendas, por exemplo, pode-se dividir o trabalho em etapas e grupos. As formas são flexíveis e visam não só a atender demandas de produção, mas também à satisfação pessoal e manutenção de laços sociais entre as comunitárias.

EM BRANCO

⁶Situação especial vivem mulheres líderes da Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém, que regularmente participam de feiras na sede de Santarém e em outras cidades do Pará e do Brasil. Em alguns períodos do ano, também, em função das vendas nesses eventos e do recebimento de encomendas de artesanato, é comum que as artesãs organizadas tenham rendimentos superiores aos dos homens da família, invertendo-se assim os padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho e das relações de poder econômico no ambiente doméstico. As inversões, porém, tendem a ser temporárias, tendo em vista que a consolidação de circuitos de mercado favoráveis a essas mulheres artesãs ainda é incipiente.

6. As etapas de trabalho

As principais etapas da produção das cuias são: extração, corte e alisamento do fruto, tingimento, fixação da cor e ornamentação – ao longo do que se consome em média uma semana de trabalho.

6.1. Extração

O processo de produção de cuias inicia-se com a seleção e extração dos frutos da cuieira (*Crescentia cujete*), a partir dos quais se confeccionam objetos de vários modelos. A cuieira é uma árvore pertencente à família das bignoniáceas, de aspecto baixo e verdejante, dotada de caule tortuoso e grandes flores solitárias. Abundante na região amazônica, ela reproduz-se com facilidade em diversos ambientes, tanto por meio do plantio de galhos quanto de sementes. Mas é sobretudo nas áreas alagadiças das várzeas ao longo de toda a calha do rio Amazonas que essa espécie é mais cultivada.

Resistente, a cuieira frutifica o ano inteiro, até mesmo quando fica parcialmente submersa pelas cheias do inverno amazônico, comuns entre os meses de janeiro e junho. Das populações ribeirinhas essa árvore recebe atenção e cuidados especiais sobretudo em função da importância econômica de seus frutos para o artesanato tradicional de cuias. De um verde claro e lustroso, tamanhos e formatos os mais variados, esses frutos recebem diferentes designações, embora sejam chamados genericamente de cuias: cuitita ou cuia-de-igapó, cuia paraná, cuia média, cuia grande, cuia comprida, cabeça-de-peixe-boi, maracá.

No trabalho artesanal, a seleção dos frutos é pautada principalmente pela adequação do tamanho e formato dos mesmos aos objetos que se deseja produzir. Critério igualmente importante é a saúde do fruto, verificada, por exemplo, pela ausência de predadores, brocas e outras pragas que prejudicam o aspecto de sua casca lisa e brilhosa. As cuias devem ser colhidas no pé da árvore apenas quando estão maduras, independentemente do tamanho que tenham adquirido. A extração é sobretudo uma função das próprias mulheres que as trabalham, mas pode ser dividida com homens e jovens das comunidades artesanais, que ajudam especialmente as mais idosas nesse processo.

6.2. Corte e alisamento

Para confecção das cuias, os frutos são partidos ao meio, geralmente com auxílio de facão ou serrote. Retira-se o miolo, que não é comestível, mas pode ser aproveitado em chás recomendados pelos nativos como remédios para tratar tosse, tuberculose e lepra. Deixa-se secar cada uma de suas metades, as quais, em seguida, são postas para amolecer dentro d'água, em bacias ou em cercadinhos feitos à beira do rio. Assim, torna-se mais fácil a raspagem bruta das superfícies interna e externa de cada “banda” do fruto, para o que se usam “rapadores” feitos de pontas de facas

e colheres.

Para um alisamento mais fino, que completa a preparação das metades para os tratamentos posteriores, prefere-se a escama do pirarucu e, em seguida, a folha da embaúba. Ambos são encontrados com facilidade nas áreas ribeirinhas do Baixo Amazonas. A manta de escamas do pirarucu, um peixe típico da região, é geralmente comprada de pescadores que a descartam. Já as folhas são retiradas de embaubeiras nativas.

As cuias devem estar bem lisas para, então, serem lavadas para retirada de resíduos e asperezas restantes. Depois são dispostas ao sol para secagem, até ficarem completamente enxutas. A cuia, nesse estado, fica com coloração marrom bem clara e é chamada de “pitinga”, servindo perfeitamente para o uso em diversos fins.

6.3. Tingimento

As cuias, se não permanecem lisas no estado natural em que são chamadas de “pitingas”, costumam ser tingidas com cumatê, um pigmento natural extraído da casca do axuazeiro ou cumatezeiro, que é rico em tanino. Trata-se de uma árvore que só é encontrada na região de terra firme, portanto longe das várzeas alagadiças. Assim, a obtenção desse pigmento, por si só, requer um processo longo e demorado de trabalho, que normalmente recai sobre os homens das comunidades produtoras de cuias. São eles maridos, filhos, parentes ou pequenos comerciantes locais conhecidos como marreteiros, que viajam até uma semana inteira para trazer a casca avermelhada até as mãos das mulheres.

Para extrair a tintura que chamam cumatê, a casca da árvore – ou a casca do pau, como dizem as artesãs – é posta de molho em água que é levada a aquecer ao sol durante três a cinco dias, em média. Para agilizar o processo de extração, também se usa deixar a casca do cumatezeiro em água fervente durante algumas horas, porém atribui-se a esse procedimento resultados piores no que tange à qualidade final do tingimento. Ao fim do molho, filtram-se as impurezas da água e conserva-se o líquido um pouco engrossado e bastante escurecido. Enfim, ele é passado em ambos os lados das cuias secas, com um pincel feito penas de galinha amarradas. A operação é repetida diversas vezes, até que as peças adquiram uma coloração avermelhada bem escura. As cuias permanecem assim tingidas sobre um jirau, até que sequem completamente. Caso a secagem não se complete, a tintura se dissolve em contato com líquidos.

Embora seu uso seja menos comum, verificou-se em Monte Alegre que vernizes extraídos das cascas de acauã, cariapé e tapeuá podem substituir o cumatê no tingimento das cuias⁷.

⁷ O tanino é uma substância encontrada em vários organismos vegetais (cascas de carvalho, castanheiro, árvores do mangue e da terra-firme, como o axuazeiro ou cumatezeiro). Sua propriedade de tornar as peles imputrescíveis faz com que seja muito usado em curtumes. Mas ele também fornece tintas, que podem ser extraídas por meio de processos artesanais, como o utilizado na produção de cuias, ou industriais. Possui cheiro característico, sabor amargo e adstringente, e sua cor vai desde o amarelo até o castanho escuro.

6.4. Fixação da cor

Após a completa secagem do cumatê, as cuias tingidas são levadas a um jirau chamado “cama” ou “puçanga”, que tenha sido previamente preparado com uma camada de areia e cinzas, num local coberto e ao abrigo da chuva. Sobre essa camada, borrifa-se urina humana colhida durante a noite anterior em cuias grandes chamadas “coiós”. Como muitos homens acreditam que urinar nas vasilhas pode deixá-los “panema”, isto é, azarados e com dificuldades na pesca, na caça e nas relações amorosas, trabalha-se principalmente com a urina de mulheres e crianças – as pessoas da casa ou da vizinhança coletam e cedem a urina para o trabalho das artesãs.

Sobre a camada molhada com urina, coloca-se uma cobertura de palha ou folhagens, e então, sobre esta última, as cuias são emborcadas e abafadas com um pano ou lona. Permanecem nessa posição durante cerca de seis horas, entre o fim da tarde e o anoitecer. Em seguida, repete-se o mesmo processo, com as cuias desemborcadas. O forro de palha ou folhagens impede o contato direto das cuias com a urina, da qual apenas se deseja extrair a amônia. Numa reação química já conhecida pelas índias desde pelo menos o século 17, de quando datam as primeiras notícias do fabrico artesanal de cuias, a amônia que exala da urina abafada atua sobre a tintura avermelhada do cumatê, enegrecendo-a por inteiro.

Pretas, e depois de serem bem lavadas e enxutas, as cuias perdem qualquer resíduo de odor de urina e estão prontas para o consumo higiênico de alimentos. Então, podem ser decoradas, pintadas com tintas industrializadas ou “rascunhadas” com pequenas incisões, feitas com lâminas de facas, compassos e pontas de tesoura.

6.5. Ornamentação

Há vários modos de executar a ornamentação das cuias. O mais antigo de que se tem notícia é aquele em que se usam objetos pontiagudos para produzir incisões, retirando a laca preta de cumatê e assim formando desenhos que, depois, podem ser pintados ou não. Este modo de fazer, descrito no século 18 (Ferreira, op. Cit.), é preservado até hoje, principalmente nas comunidades ribeirinhas de Santarém. No linguajar local, trata-se essa técnica de ornamentação como “rascunhar”, “bordar” ou “pirocar”⁸ a cuia. De fato há desenhos que, de tão delicados, lembram padrões de bordados de estilos europeus, que se encontram em várias produções artesanais por todo o Brasil.

Já no século 20 um novo estilo de ornamentação das cuias se desenvolveu nos núcleos urbanos da Amazônia, entre eles Santarém. Substituindo as incisões por traços feitos com tintas industrializadas sobre a tintura de cumatê, surgiram paisagens e outras pinturas figurativas de temas

⁸ O *Dicionário on line de Português* (<http://www.dicio.com.br>) registra: “v.t. Bras. Esfolar; descascar. V.i. Pelar-se, perder a pele ou a casca. Encalvecer.” Em Santarém, diz-se “piroca” uma área sem cobertura vegetal, uma pessoa nua, uma planta sem casca, por exemplo.

e motivos variados, com destaque para representações da natureza, não necessariamente do ambiente amazônico. As cuias assim decoradas passaram a conviver com as antigas, rascunhadas, nas casas, barracas de tacacá e lojas de artesanato de todo o Pará, tornando-se também um signo da identidade paraense. Esse tipo de ornamentação é hoje largamente encontrado em Santarém e Monte Alegre.

7. Os padrões iconográficos

No Inventário dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas foram identificadas e reproduzidas algumas dezenas de padrões iconográficos encontrados em peças provenientes da região, e que hoje fazem parte de coleções de diferentes museus brasileiros. Nele incluem-se também criações contemporâneas e padrões transpostos da cerâmica arqueológica tapajônica para as cuias.

De todo modo, guardados na memória das artesãs ou redescobertos através de pesquisas, os padrões iconográficos aqui apresentados integram um repertório constituído em séculos de contato intenso entre diferentes grupos exógenos e nativos da Amazônia. Dos primeiros tempos de contato entre colonizadores e indígenas, que àqueles forneciam baixelas de cuias destinadas ao uso próprio ou ao comércio ultramarino, parece ter nascido a prática de ornamentação das cuias com padrões similares aos dos bordados europeus, muito delicados e de estilo rococó, que hoje constituem a memória das artesãs e sua referência de tradição.

Cabe lembrar que tais padrões começaram a ser pesquisados e reproduzidos no âmbito do Projeto Cuias de Santarém, em 2002, com a finalidade de constituição de um material de apoio para oficinas que visavam a estimular e difundir a prática do desenho, também chamado rascunho ou pintura, junto às artesãs da região do Aritapera. Reunidos primeiramente numa “apostila”, esses padrões foram amplamente difundidos entre as comunidades artesanais da localidade, sendo rapidamente incorporados a seu repertório iconográfico. Nos anos subseqüentes, servindo-se ainda desse material, essas mesmas artesãs passaram a desenvolver modelos próprios de ornamentação das cuias, mesclando padronagens e introduzindo nas peças representações de elementos da natureza, muitas vezes reproduzidos a partir de ilustrações encontradas em publicações diversas, mas especialmente em livros didáticos.

Para facilitar a apreciação de suas principais características e diferenças, os padrões inventariados estão divididos em quatro grupos: florais, grafismos tapajônicos (que as artesãs de Santarém também chamam indígenas), paisagens (pinturas figurativas feitas com tintas industrializadas) e representações da fauna, cada qual correspondendo a momentos históricos e contextos distintos do ofício de “pintar cuia”, não necessariamente dispostos em ordem cronológica.

7.1. Padrões florais

Motivos florais de estilo rococó compõem o repertório iconográfico mais antigo que se conhece nas cuias do Baixo Amazonas. Descritos por Alexandre Rodrigues Ferreira no século 18, esses padrões provavelmente foram incorporados ao artesanato de cuias a partir do contato dos indígenas com colonizadores europeus, nas vilas e missões amazônicas. Além de ramos, flores e cestos, também integram esse repertório anagramas, brasões, medalhões, estrelas, bandeiras, e molduras.

Nesta seção expõem-se desenhos reproduzidos a partir de cuias que integram coleções particulares e de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu de Folclore Edison Carneiro, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Nacional.

7.2. Grafismos tapajônicos

Uma das principais referências culturais de Santarém é a cerâmica arqueológica produzida pela extinta civilização dos índios Tapajó. Seu legado, hoje depositado em instituições museológicas do Brasil – como o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Goeldi – e do exterior, inclui um extenso repertório de vasilhames (tigelas, vasos, urnas, etc.) decorados com rica iconografia, em que se destacam representações zoomorfas e antropomorfas executadas com incisões e pigmentos policrômicos. As representações zoomorfas privilegiam animais como cutias, urubus, cobras, jacarés, cachorros-do-mato, pássaros, roedores, onças, rãs, sapos (especialmente o muiraquitã), entre outros. As figuras antropomorfas aparecem em menor número, mas ocupando posições centrais na cerâmica tapajônica. Sobressaem as faces situadas no colo dos vasos de gargalo e as figuras femininas nos vasos de cariátides – o sexo feminino em geral é indicado por uma incisão –, sentadas de cócoras, com os braços flexionados, ou com as mãos cobrindo os olhos.

Embora não tenham sido encontrados registros da aplicação de grafismos tapajônicos em cuias até o início do projeto Cuias de Santarém, sua utilização atual se insere num processo mais amplo de valorização do legado arqueológico na região. Nota-se na região, por exemplo, a presença desses grafismos em diferentes suportes e materiais, destacando-se, entre outros, seu uso no calçamento da orla recém-construída de Santarém, bem como em camisetas e outros suvenires.

Os padrões expostos aqui foram reproduzidos a partir de levantamentos feitos em publicações dedicadas à produção cerâmica e iconográfica dos Tapajó.

Vale indicar que outra forma de apropriação de elementos arqueológicos vem acontecendo na Vila do Ereré, em Monte Alegre, onde estão sendo feitas experiências com pirogravura reproduzindo inscrições rupestres encontradas nas serras do entorno da comunidade.

7.3. Paisagens

Neste estilo predominam pinturas figurativas de lagos, rios, árvores, animais, nas quais eventualmente aparece o elemento humano. Não se trata necessariamente de paisagens tipicamente amazônicas, e muitas delas são freqüentemente representadas em produtos comercializados em outras regiões do país, sobretudo em suvenires. De acordo com memórias da população de Monte Alegre e Santarém, a introdução desse tipo de pintura (com tintas industrializadas) nas cuias está relacionada aos processos de crescimento e urbanização ocorridos nessas localidades a partir das primeiras décadas do século 20.

As cuias fotografadas expostas nesta seção foram identificadas em estabelecimentos comerciais, coleções museológicas e particulares.

7.4. Representações da fauna

Elementos da fauna amazônica – cobras, jacarés, tucanos, botos, peixes-boi, tartarugas, araras e peixes como tambaqui e pirarucu, por exemplo – tornaram-se fonte de inspiração para as artesãs das comunidades do Aritapera, em Santarém, e passaram a ser representados graficamente nas cuias produzidas nessa localidade, desde 2003. O registro desses desenhos, reproduzidos a partir de uma coleção recentemente elaborada pela Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém como forma de diversificar seu repertório de produtos, visa a refletir processos de mudança que se têm operado na realização do ofício e das formas de expressão iconográfica que constituem objeto deste inventário.

Cabe mencionar que a introdução de representações de animais no repertório iconográfico do artesanato de cuias se deveu, em grande parte, à ação de jovens artesãs e aprendizes que, em idade escolar, têm acesso a livros didáticos e outras publicações que ilustram a diversidade natural da região. O fato é que, apesar da convivência diária das artesãs mais velhas com a fauna local, o uso da mesma como motivo de ornamentação das cuias só surgiu como possibilidade criativa a partir da mediação pelo desenho impresso no papel, acessível principalmente às mais jovens.

8. Mudança e permanência: importância do registro

Ao longo da segunda metade do século 20, o isolamento das comunidades ribeirinhas em relação às cidades em desenvolvimento na Amazônia, o baixo preço dos objetos artesanais nos mercados locais e a crescente concorrência destes com utensílios industriais se somaram para desestimular a confecção de cuias pintadas e ornamentadas no Baixo Amazonas, afetando a memória desse fazer artesanal.

Para moradores de Monte Alegre, a omissão das instituições culturais locais no sentido da

divulgação e do fomento à produção de cuias na localidade contribuiu para que, nas últimas décadas, inúmeros artesãos abandonassem de vez esse ofício, passando a se dedicar a outros tipos de trabalhos manuais e artesanais – pintura em tecido, crochê, tricô, por exemplo. Esse quadro, comum em toda a zona urbana, vem-se tornando uma realidade também nas áreas rurais do município, onde ainda se encontram pequenos núcleos produtores de cuias.

Tal é o caso da Vila do Eréré, onde esse artesanato vem sendo ensinado a população local como alternativa econômica no âmbito de projetos voltados para a geração de renda.⁹ É o caso também da Vila do Pariçó, onde um grupo de seis ou oito antigas artesãs ainda procuram preservar o ofício, que, em sua visão, vive mais como uma memória do que como uma prática montalegrense. Alguns chegam a dizer que o povo do lugar já não deveria ser chamado pintacua, deixando o apelido para a população de Santarém, onde, segundo crêem, a atividade se mantém a pleno vapor.

A situação no município vizinho, porém, não é muito diferente no que tange à valorização do produto, embora a produção de cuias seja efetivamente maior. Nas pesquisas realizadas, constatou-se que grande parte das artesãs dessa localidade, especialmente as moradoras de comunidades ribeirinhas, vendem cuias lisas para intermediários que as repassam a lojistas e a artesãos da cidade, que então as ornamentam com tintas industriais para revendê-las por quantias pelo menos doze vezes mais altas que aquela paga a suas produtoras primeiras. Estas, por sua vez, desinteressam-se dos ornatos porque eles não lhes rendem mais que cinquenta centavos ou um real extra pela dúzia de cuias que entregam ao mercado local.

Nesse contexto, um rico repertório iconográfico vai se dispersando nas memórias das mais velhas, ao passo que as mais novas procuram evitar tanto o aprendizado do ofício de pintar cuias quanto o próprio uso desses objetos em sua vida cotidiana. Tomadas por uma espécie de vergonha, muitas famílias ribeirinhas preferem, sempre que possível e sobretudo em público, os utensílios de plástico, vidro ou alumínio.

O inventário realizado em Santarém e Monte Alegre mostra claramente que não apenas a importância econômica desse artesanato é decadente para muitas unidades produtoras, como ainda se associa ao que as comunidades locais percebem como uma progressiva desvalorização cultural e simbólica do produto cuia – e de seu modo de vida tradicional, por extensão. Por outro lado, revela como um certo esquecimento de repertórios culturais tradicionais pode ser relativamente sanado no âmbito de um processo de reconstrução de memórias coletivas a partir do diálogo com elementos externos e no recurso direto a fontes museológicas. Revela, também, como determinadas ações

⁹Quando da criação do Parque Estadual de Monte Alegre – PEMA, sob gestão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, comunidades no entorno da área demarcada foram afetadas por restrições de acesso e uso de recursos naturais da nova Unidade de Conservação. A fim de minimizar os impactos na subsistência dessas comunidades, vêm sendo implantados projetos de geração de renda a partir do beneficiamento de recursos passíveis de exploração e manejo sustentável. Tal é o caso na Vila do Eréré, onde o Museu Paraense Emílio Goeldi vem mantendo projeto de desenvolvimento comunitário a partir do beneficiamento de polpa de buriti e de artesanato com sementes.



inovadoras relacionadas a práticas históricas de colecionamento e patrimonialização, ao invés de reificar objetos, podem contribuir para assegurar os processos de produção e significação desses mesmos objetos, assim como para estabelecer elos enriquecedores entre a permanência do passado e a eterna construção do presente pelas mentes e pelas mãos dos sujeitos do tempo.

É nesse sentido que se constroem coletivamente, entre comunitários e pesquisadores, o pedido e o argumento do registro dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como patrimônio cultural do Brasil.

Em primeiro lugar, trata-se de um ofício que, apesar das alterações sofridas, guarda marcas de tradições prolongadas por populações do Baixo Amazonas, desde pelo menos o século 18, conforme se pode verificar nos relatos escritos mais antigos sobre o tema. O fato é que, nessa região, os modos de fazer cuias envolvem uma série de processos que requerem o domínio de técnicas e habilidades específicas, as quais têm sido preservadas particularmente no interior de comunidades tradicionais, e que têm sido transmitidas no próprio ato do fazer artesanal, de geração a geração. Não obstante a riqueza expressiva dos padrões ornamentais das cuias, merecem particular atenção as técnicas de tingimento com cumatê e de fixação dessa tintura a partir da reação com a amônia exalada da urina humana – uma reação química controlada desde há séculos por populações nativas da Amazônia.

Em segundo lugar, o que está em jogo é um conjunto de saberes e fazeres de grupos sociais que, em detrimento do valor de seus conhecimentos – em geral cobiçados e explorados por terceiros –, têm estado à margem das políticas públicas de proteção, apoio ou fomento à produção cultural no Brasil. Nesse sentido, a valorização do trabalho tradicional das mulheres ribeirinhas se coloca como condição fundamental para a continuidade dos modos de fazer em questão.

Por último, vale repetir que o reconhecimento da dimensão patrimonial dos saberes e fazeres engendrados no artesanato de cuias no Baixo Amazonas é um dos caminhos possíveis para a inclusão social e a valorização de indivíduos e grupos que têm sido regularmente discriminados no processo histórico da construção da identidade e da cultura brasileira. Nestes novos tempos de políticas afirmativas de identidade, etnicidade e gênero, de reconhecimento de direitos específicos de populações tradicionais, e de políticas abrangentes de valorização do patrimônio cultural brasileiro, também em sua dimensão imaterial, as artesãs que mantêm em curso a produção de cuias nas várzeas do Baixo Amazonas demandam produção e acesso a conhecimentos sobre seus saberes e fazeres, bem como apoio para a valorização de seu artesanato.

9. Recomendações para salvaguarda

- Ampliação e aprofundamento das pesquisas de padrões iconográficos aplicados em cuias no Baixo Amazonas, tanto a partir de peças museológicas quanto de produções contemporâneas;
- Sensibilização de artesãos e comunitários para o valor cultural do produto;
- Promoção de feiras, exposições e divulgação das cuias em circuitos qualificados de artesanato;
- Apoio na construção de espaços de trabalho e guarda de matérias-primas e peças prontas, a fim de possibilitar a formação de estoques para pronto atendimento a clientes;
- Capacitação de artesãos e comunitários nas áreas de administração, contabilidade e gerenciamento de projetos e vendas;
- Apoio na formalização dos grupos para comércio autônomo do artesanato;
- Sensibilização de instituições e estabelecimentos comerciais locais para adoção do uso das cuias como produtos privilegiados em escolas, restaurantes, bares;
- Em Santarém, apoio ao Ponto de Cultura do Aritapera para a formação e/ou manutenção de biblioteca comunitária e atividades de visitação turística;
- Em Monte Alegre, implantação de projeto de organização comunitária e estruturação de um circuito local de consumo das cuias;
- Parcerias com poder público, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil para implantação e manutenção de um Centro de Referência do artesanato tradicional da região, visando a realização de exposições e vendas permanentes de artesanato. Tal espaço teria gestão plural, necessariamente com a participação de representantes das associações locais de artesãos, e centralizaria atividades e mediações de natureza cultural e comercial com as comunidades de produtores, tendo em vista que suas carências em infra-estrutura de eletricidade, transporte e tecnologias de comunicação as impedem de manter contatos regulares com consumidores e outros interlocutores.



10. O proponente do registro

A Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém – Asarisan foi criada em maio de 2003 por 33 mulheres das comunidades Centro do Aritapera, Carapanatuba, Enseada do Aritapera, Surubim-Açu e Cabeça d'Onça, que foram beneficiadas pelo Projeto Cuias de Santarém, realizado em 2002 e 2003 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP em parceria com o Programa Artesanato Solidário e o Sebrae Pará, com patrocínio da Petrobras Distribuidora.

Esse projeto integrou o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais – PACA e foi implantado na região do Aritapera com o objetivo de incentivar a produção e a comercialização do artesanato tradicional de cuias como fonte de renda para as famílias ribeirinhas. Durante sua execução, as artesãs participaram de diversos cursos, oficinas e reuniões de trabalho, aperfeiçoaram técnicas seculares de tingimento e decoração das cuias, formaram núcleos de produção, participaram de feiras, exposições e seminários pelo Brasil afora, aumentaram o preço médio de seu artesanato. A partir de suas novas experiências, e vendo-se mais fortes como grupo organizado, conceberam a Asarisan com o objetivo principal de consolidar e expandir as conquistas até então obtidas no âmbito do projeto. Para formalização da associação, contaram com recursos financeiros do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social e com apoio de pesquisadores e colaboradores do CNFCP e do Sebrae.

Integradas, produzindo mais e melhor, e, sobretudo, ganhando mais com as vendas de cuias – o preço médio das peças aumentou em pelo menos 12 vezes –, as sócias da Asarisan têm se mobilizado desde então para garantir a sustentabilidade de sua atividade em harmonia com o ecossistema e os modos de vida tradicionais da várzea. Esse objetivo, contudo, é dificultado por uma série de carências que só uma intervenção mais profunda nas estruturas materiais e organizativas do trabalho artesanal pode alterar.

Entre agosto de 2004 e julho de 2005 a associação realizou, com recursos captados junto a Brazil Foundation e com apoio dos antigos parceiros, o Projeto Artesanato Ribeirinho de Santarém. Nesse destacam-se as seguintes ações: oficinas de repasse de técnicas artesanais para mulheres e jovens da região do Aritapera; cursos de gestão e formação de preços; estudos para elaboração de um plano de manejo da cuieira, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam; aquisição de equipamentos como computador, impressora e rabeta (canoa com motor de popa), visando a facilitar o gerenciamento da produção e da comercialização de cuias.

Em seguida, em 2005, visando a minimizar as dificuldades de comunicação com o mercado e a precariedade das instalações de trabalho nas comunidades, a Asarisan captou recursos do Ministério da Cultura, via edital público, para um projeto de implantação do Ponto de Cultura do Aritapera, no Centro do Aritapera. O projeto previu uma sala de leitura com biblioteca comunitária, além de espaços de reunião, produção, exposição e comercialização de cuias. Sua execução, porém,

esbarra em obstáculos graves no que tange à administração dos recursos e gestão executiva. O desconhecimento de regras e princípios de administração pública, bem como a inexperiência na condução de projetos dessa monta constituem sérias dificuldades para a associação manter o Ponto de Cultura em funcionamento e livre da cobiça de outros agentes interessados em ocupar a bela casa erguida na várzea.

Assim, tentando obter a adesão de grupos sociais mais amplos ao projeto, a Asarisan procura se articular com organizações governamentais e não-governamentais na proposição e busca de alternativas econômicas que, aliadas ao artesanato, concorram para a manutenção do novo espaço cultural numa perspectiva de desenvolvimento sustentável da região. Entre as possibilidades vislumbradas pela entidade, está a inclusão das comunidades do Aritapera em roteiros de visitação turística, como uma forma de geração de trabalho e renda que seja não só capaz de incentivar o artesanato das mulheres, mas também de absorver os homens e jovens em atividades produtivas. Nesse sentido, ressaltam o potencial da sede de se tornar um espaço onde os visitantes possam entrar em contato com as técnicas e os contextos de produção do artesanato de cuias.

Outra frente de trabalho da associação consiste em tentativas de implantação de um plano de manejo sustentável dos recursos naturais da várzea, em especial a cuieira. Com parceiros locais, foram criados quintais experimentais em cada comunidade e oferecidas oficinas de plantio e enxertia para artesãs e moradores em geral. Em paralelo, realizaram-se encontros de sensibilização e capacitação de professores, estudantes e comunitários a fim de prepará-los para a gestão e a preservação de seu patrimônio ambiental. O manejo da cuieira, porém, mostra-se pouco controlável e há carência de informações técnicas especializadas e aprofundamento dos estudos nesse sentido.

Merecem nota também as ações que a entidade procura desenvolver para promover o conhecimento e a valorização de elementos constitutivos do patrimônio cultural da região em que atua. Jovens participantes do Ponto de Cultura produziram uma coletânea de narrativas e memórias das comunidades, que, acompanhada de documentos visuais também produzidos por eles, pretende origem a uma publicação destinada ao público escolar do Município de Santarém e a leitores em geral.

Por fim, cabe enfatizar a iniciativa da Asarisan com relação ao pedido de registro dos Modos de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como patrimônio imaterial. A associação espera, a partir desse registro, que não só seu artesanato, mas também suas ações no sentido da salvaguarda dos conhecimentos tradicionais que aí estão em jogo possam ser reconhecidas e apoiadas pela sociedade mais abrangente.



11. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Cícero Nobre de. "Os pinta-cuias". Mosaicos de Monte Alegre. S/l: s/n, s/d.
- ANDRADE, Mário de. A cuia de Santarém. In: *Suplemento Literário de Diretrizes*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 20, nov. 1939. (Série Matérias extraídas de periódicos, Arquivo Mário de Andrade, IEB/USP).
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Ediouro: 2000.
- HARTMANN, Tekhla. Evidência interna em cultura material. O caso das cuias pintadas do século 18. *Revista do Museu Paulista*, 33, São Paulo, 1988.
- _____ Artefactos indígenas brasileiros em Portugal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 100, Lisboa, 1982.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto in *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 2005.
- PAZ, Octavio. Ver e usar: arte e artesanato. *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. pág. 45-57
- MORAES, José de (Pe.). *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.
- PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SANTOS, Antônio Maria S. dos. Aritapera: Uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica (Santarém, PA). *Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, Belém, 1982.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia*. Santarém: Tiagão, 1999.

Padrões Gráficos

A seguir reproduzimos alguns desenhos a partir de cuias que integram coleções particulares e de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu de Folclore Edison Carneiro, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Nacional.

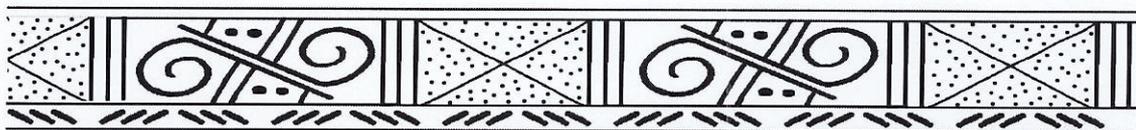


Ilustração 1: Coleção Tapajônica do MAE-USP



Ilustração 2: Coleção Tapajônica do MAE-USP

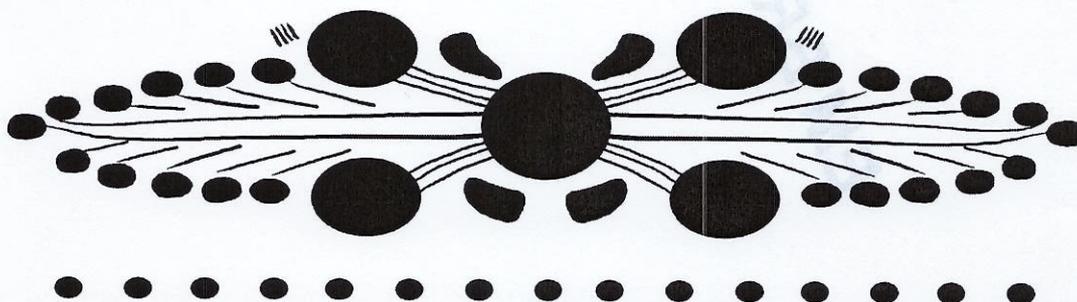


Ilustração 3: Luiz de Castro Faria / Museu Nacional



Ilustração 4: Luiz de Castro Faria / Museu Nacional

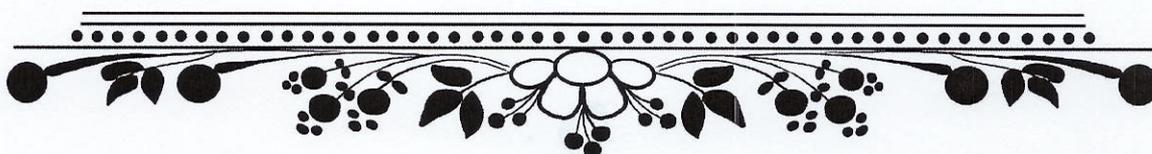


Ilustração 5: Luiz de Castro Faria / Museu Nacional



Ilustração 6: Museu Parense Emílio Goeldi

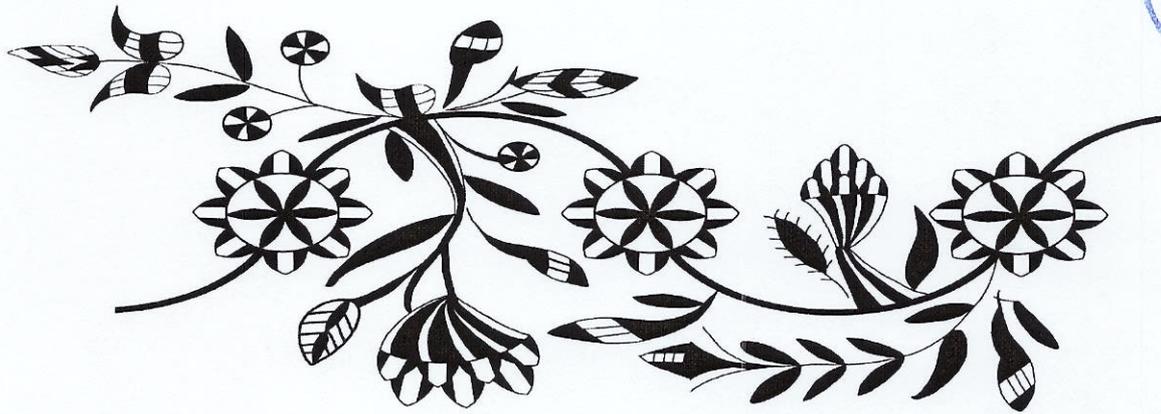


Ilustração 7: Museu Pareense Emílio Goeldi



Ilustração 8: Museu Pareense Emílio Goeldi



Ilustração 9: Museu de Folclore Edison Carneiro



Ilustração 10: Museu de Folclore Edison Carneiro



Ilustração 11: Coleção Particular